

# Gênero e saúde: vivências de educação em saúde para a população transgênero

*Gender and Health: Experiences in health education for the transgender population*



**Bianca Uhmman Rigodanzo<sup>1</sup>, Sara Belmonte de Andrade Rodrigues<sup>2</sup>, Júlia De Abreu Dall'Agnol<sup>3</sup>, Daiane De Magalhães Tolentino<sup>4</sup>, Janaina Marchi<sup>5</sup>, Lenise Menezes Seerig<sup>6</sup>**

## RESUMO

Este estudo aborda as disparidades estruturais que dificultam o acesso a serviços fundamentais no Brasil, focando na comunidade LGBTQ+. O Sistema Único de Saúde (SUS) visa impulsionar a igualdade por meio de iniciativas como a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+, que busca suprir as necessidades desses grupos. Nesse cenário, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (Pet-Saúde) auxilia na capacitação de profissionais e vincula a comunidade, ensino e o serviço. Dessa forma, o artigo compartilha a experiência do Grupo de Afirmação de Gênero, desenvolvido em um Ambulatório LGBTQ+ no interior do Rio Grande do Sul, coordenado por acadêmicas bolsistas que fazem parte do Pet-Saúde, e uma preceptora da área da Psicologia. O grupo concede escuta e acolhimento para pessoas transgêneras, considerando as interseccionalidades, que são empregadas para entender as variadas opressões sofridas pelos usuários. Os encontros são semanais, os participantes discutem questões como identidade de gênero, sexualidade, saúde mental e outras questões significativas. Desse modo, os resultados revelam as dificuldades encontradas pela população LGBTQ+ para ter acesso à saúde, como a falta de qualificação dos profissionais. Portanto, percebe-se a importância de locais que ofereçam um olhar atento àqueles que não possuem determinados acessos, assegurando um atendimento acolhedor à variedade de identidades de gênero.

**Palavras-chave:** Equidade em Saúde. Identidade de Gênero. Pessoas Transgênero.

<sup>1</sup> Graduanda em Nutrição. Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [biaca.uhmann@ufn.edu.br](mailto:biaca.uhmann@ufn.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9598-2269>

<sup>2</sup> Graduanda em Odontologia. Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [sara.belmonte@ufn.edu.br](mailto:sara.belmonte@ufn.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-5746-2457>

<sup>3</sup> Graduanda em Administração. Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [abreu.julia@ufn.edu.br](mailto:abreu.julia@ufn.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-9070-8978>

<sup>4</sup> Psicóloga, Especialista em Saúde Mental. Servidora Pública Municipal, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [daianeltolentino@gmail.com](mailto:daianeltolentino@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7390-6139>

<sup>5</sup> Mestre em Administração, Coordenadora e Docente do Curso de Administração da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [janaina.marchi@prof.ufn.edu.br](mailto:janaina.marchi@prof.ufn.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8793-1208>

<sup>6</sup> Doutora em Epidemiologia, Docente do Curso de Odontologia da Universidade Franciscana (UFN), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: [lenise.seerig@prof.ufn.edu.br](mailto:lenise.seerig@prof.ufn.edu.br). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6910-3823>

## ABSTRACT

This study addresses the structural disparities that hinder access to essential services in Brazil, focusing on the LGBT+ community. The Unified Health System (SUS) aims to promote equality through initiatives such as the National Policy for Comprehensive LGBT+ Health, which seeks to meet the needs of these groups. In this context, the Education through Work for Health Program (Pet-Saúde) supports the training of professionals and connects the community, education, and healthcare services. Accordingly, this article shares the experience of the Gender Affirmation Group, developed at an LGBT+ Outpatient Clinic in Rio Grande do Sul, coordinated by scholarship-holding students participating in Pet-Saúde and a preceptor in the field of Psychology. The group provides a space for listening and support for transgender individuals, considering intersectionalities that are used to understand the various forms of oppression faced by users. Weekly meetings are held where participants discuss topics such as gender identity, sexuality, mental health, and other relevant issues. The results reveal the challenges faced by the LGBT+ population in accessing healthcare, such as the lack of professional training. Therefore, the importance of spaces that offer attentive care to those who lack certain types of access becomes evident, ensuring welcoming and inclusive healthcare for the wide range of gender identities.

**Keywords:** Health Equity. Gender Identity. Transgender Persons.

## INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira, marcada por um histórico de opressão estrutural, como racismo, machismo e classismo, acaba por perpetuar de forma contínua as desigualdades de gênero, raça, etnia e classe social, as quais geram consequências em discriminação e violação de direitos. Considerando os determinantes sociais de vida e saúde, essas opressões resultam em iniquidades no acesso a serviços essenciais como educação, saúde e trabalho, na medida em que essas vivências são limitadas ou desqualificadas nos mais diversos âmbitos da vida, tais como biológicos, psicológicos, sociais, jurídicos, culturais e religiosos (World Health Organization, 2006).

No contexto da atenção à saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS) adota como um de seus princípios doutrinários a equidade, conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990 (Brasil, 1990), de modo que o sistema prioriza o atendimento às populações mais vulneráveis, buscando reduzir barreiras de acesso e considerando as diversas singularidades desses grupos. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 institui pela Portaria MS nº 2.836/2011, no âmbito do SUS, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT), essa política representa um marco histórico na luta pela dignidade e pelo direito à saúde, reconhecendo os impactos da discriminação e da exclusão social no processo saúde-doença-cuidado, reafirmando o compromisso do SUS com a promoção da saúde de forma integral, equitativa e respeitosa (Brasil, 2011).

Assim, alguns fatores socioeconômicos e psicossociais podem influenciar significativamente a extensão e o acesso à saúde-doença-cuidado, sendo fundamental considerá-los ao desenvolver intervenções em educação em saúde (Arán *et al.*, 2009). Particularmente, mostra-se necessário a preparação e orientação dos profissionais da área da saúde, em relação aos diferentes aspectos da comunicação e nomenclaturas para atender integralmente as necessidades das populações mais vulneráveis, no caso em tela a Política Nacional de Saúde Integral LGBT+, de maneira a incluir suas interseccionalidades nas formas de opressão que não podem ser vistas isoladamente.

No ano de 2024 o Ministério da Saúde lançou o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde) com o tema Equidade, que tem como objetivo educar para a saúde, fortalecendo as ações de integração ensino-serviço-comunidade e, portanto, contemplando com um olhar crítico aos aspectos históricos e contemporâneos que refletem nos modos de cada sujeito experienciar a vida em sociedade (Araújo, 2005). Neste contexto, o grupo PET-Saúde responsável por este trabalho tem como eixo temático “Gênero e Políticas de Equidade em Saúde”, desenvolvendo ações integradas de ensino, serviço e comunidade, direcionadas especificamente à população LGBT+, historicamente marcada por processos de marginalização.

No contexto brasileiro, a psicoterapia em grupo ganhou maior relevância a partir da Reforma Psiquiátrica (Guanaes e Japur, 2001). À vista disso, o processo impulsionou o desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas voltadas para a compreensão do sofrimento a partir de uma perspectiva psicossocial, valorizando a subjetividade dos indivíduos e promovendo sua inclusão social, com isso, os grupos terapêuticos favorecem a comunicação entre os participantes, o compartilhamento de vivências e contribuem para uma melhor adaptação tanto na vida pessoal quanto nas relações coletivas. Atualmente, serviços voltados para a população transgênero no SUS têm ofertado atividades em grupo com objetivo de orientar, acompanhar e utilizar espaços como esses como dispositivos de fala e escuta sobre o cotidiano e os afetos (Santos, 2021).

Dessa maneira, o grupo tutorial, cujo foco de atuação é a Equidade de Gênero e suas Interseccionalidades, desenvolve atividades em grupo voltadas à educação e promoção da saúde no âmbito do Ambulatório LGBT+, destacando-se não apenas por seu caráter pioneiro na área, mas também pela adoção de uma abordagem multiprofissional, que visa melhorar a saúde de toda a população transgênero. Ao prestarem serviços profissionais, incorporam práticas que cuidam, ouvem e respeitam as identidades de

gênero, consolidando-se como uma referência metodológica para a implementação de ações similares em outros contextos.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência, com ênfase na compreensão dos processos subjetivos e sociais envolvidos nas atividades desenvolvidas.

Este relato de experiência foi realizado a partir das atividades acadêmicas das bolsistas do projeto PET-Saúde: Equidade de 2024 em um Ambulatório LGBTQ+, sendo o primeiro ambulatório de especialidade em atendimento ao público transgênero, localizado em um município de porte médio da região central do Rio Grande do Sul. O relato tem como propósito apresentar o Grupo de Afirmação de Gênero, que acontece nas dependências do serviço de saúde, que é público, gratuito e vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O Grupo de convivência Afirmação de Gênero ocorre semanalmente no serviço especializado de saúde LGBTQ+. Nesse cenário, quatro acadêmicas dos cursos de Administração, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia da Universidade Franciscana que fazem parte deste grupo – Gênero e Políticas de Equidade em Saúde do PET - Equidade, além de uma preceptora coordenam os encontros. Atualmente a equipe do Ambulatório LGBTQ+ é composta por profissionais da área da saúde mental como psicologia e psiquiatria, enfermagem, residentes e estagiários. As acadêmicas bolsistas foram orientadas previamente durante as atividades em campo, com dois encontros prévios, onde ocorreu uma aula expositiva pela preceptora, que é servidora municipal, com cargo de psicóloga, sobre a compreensão a respeito da diversidade de gêneros que envolve a consideração de que essas identidades são moldadas social e culturalmente, e não são necessariamente definidas pelo sexo biológico ou pela aparência, e de que o espectro de gênero é muito mais complexo e fluido. Também ocorreu a apresentação dos serviços ofertados e dos profissionais que integram o ambulatório. Ainda, antes da primeira roda de conversa receberam capacitação teórica e orientações de como conduzir a psicoterapia em grupo, aprendendo a linguagem e a terminologia usada pela comunidade, reconhecer pronomes e nomenclaturas para haver uma confiança com o usuário, de maneira humanizada e acolhedora.

Nesse contexto, foram considerados participantes do grupo pessoas transgênero e não binárias, maiores de 16 anos, usuárias do serviço e/ou integrantes do grupo de WhatsApp vinculado ao ambulatório. Não houve critérios de exclusão quanto à identidade de gênero, orientação sexual ou tempo de acompanhamento, sendo o grupo aberto à participação voluntária.

Os dados foram produzidos a partir da observação participante das rodas de conversa, dos relatos espontâneos dos usuários durante os encontros e das discussões realizadas nos seminários internos entre as bolsistas e a preceptora após cada atividade.

As informações coletadas foram organizadas de forma descritiva, considerando as temáticas recorrentes emergentes nas falas dos participantes durante os encontros, bem como as reflexões produzidas nas discussões internas do grupo de bolsistas. A análise seguiu os princípios da análise de conteúdo temática, buscando identificar categorias que refletissem as principais demandas, desafios e experiências relacionados à afirmação de gênero e acesso à saúde.

Neste momento, o grupo conta com a média de seis usuários semanais, ao total já foram 18 usuários atingidos desde o início da roda de conversa, e uma vez ao mês, são convidadas pessoas LGBTQ+ consideradas referências na cidade ou alguém sugerido pelos próprios usuários para compartilhando sua trajetória na mudança de identidade de gênero, com o objetivo de inspirar e motivar os participantes por meio da identificação e troca de experiências, incentivando-os também a acessar o serviço ofertados na rede municipal de saúde, de forma a ter os cuidados adequados para cada indivíduo.

As alunas coordenam, gerenciam e interagem com pessoas interessadas, normalmente transgêneros, em uma roda de conversa com duração de uma hora e com temas abrangendo gênero, sexualidade, preconceito, racismo, educação sexual, transgeneridade, saúde mental, assunto familiares e demais assuntos trazidos pelos integrantes. Além do mais, é utilizado cartas que falam sobre afirmação de gênero e racismo, ressaltando diversas abordagens, como aspectos familiares e culturais, que ajudam a conduzir os encontros de uma forma dinâmica e acolhedora. O apoio da família, por exemplo, é muito importante para a aceitação e o fortalecimento da identidade de gênero, mas, muitas vezes, ele não ocorre. Por isso, buscamos mostrar aos usuários, através dessas conversas, que não estão sozinhos e que possuem apoio e recursos para fortalecer sua identidade e enfrentar preconceitos.

Em vista disso, são realizados seminários após os encontros, nos quais cada aluna bolsista apresenta um artigo relacionado ao seu curso, que aborda questões de gênero e

sexualidade, para compartilhar com os demais estudantes. É evidente que, contribui para se tornarem (futuras) profissionais mais completas e com uma visão ampliada, permitindo-lhes compreender não apenas a área enquanto núcleo de atuação, mas também os demais múltiplos fatores interseccionais.

O grupo Afirmação de Gênero é aberto ao público e ocorre desde maio de 2022, fazendo parte do projeto Equidade de Gênero e suas Interseccionalidades: Avaliação do conhecimento e formação para trabalhadoras do SUS e estudantes universitárias da área da saúde.

O desenvolvimento das atividades seguiu os princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, estando o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Franciscana, sob parecer nº 7.208.112.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A partir das rodas de conversa realizadas no âmbito do projeto, emergiram eixos temáticos que puderam ser discutidos e aprofundados, tais como invisibilidades e interseccionalidades na vivência das identidades, barreiras no acesso à saúde e aos direitos e redes de apoio, cuidado e resistência.

Os relatos dos participantes, compostos por pessoas não-binárias autistas, homens gays negros, mulheres e homens trans, evidenciaram experiências marcadas pela intersecção de opressões relacionadas a gênero, raça, neurodivergência e orientação sexual. A teoria da interseccionalidade, proposta por Crenshaw (2002), foi fundamental para compreender como esses marcadores sociais operam de forma simultânea, produzindo camadas de exclusão e invisibilidade.

A ausência de reconhecimento da neurodiversidade, associada às identidades de gênero dissidentes, intensifica as barreiras no convívio social e no acesso a serviços. Essa constatação dialoga com Butler (2004), ao destacar que os sujeitos cujas expressões de gênero não se alinham às normas cisheteronormativas sofrem processos contínuos de deslegitimação, tanto nas instituições quanto nas relações familiares e comunitárias.

Os conflitos familiares foram sempre pauta nos encontros, visto que, a ausência de compreensão, aceitação ou apoio concernente à identidade de gênero de um membro da família pode ser um fator determinante para a eclosão de conflitos neste âmbito. Assim, afirmando a importância do cuidado com a violência psicológica que os usuários sofrem

nesses cenários, Göttens e Torman (2024) consideram que, pessoas que sofrem deste problema sentem-se como se não existissem, com olhares de desaprovação e anulação diante da sua expressão de gênero. Logo, diferentes formas de opressão se cruzam e se influenciam mutuamente, impactando profundamente a experiência e a vida desses indivíduos.

Outrossim, o segundo eixo evidenciou os desafios enfrentados pelos usuários no acesso aos serviços de saúde. Sob uma perspectiva cultural, as sociedades atuais costumam estabelecer uma divisão entre o masculino e o feminino, impondo, de forma constante, normas e expectativas que orientam os indivíduos a se posicionarem de acordo com os papéis tradicionalmente atribuídos a cada sexo (Göttens e Torman, 2024). As queixas recorrentes dos usuários referem-se à falta de preparo dos profissionais para lidar com demandas específicas da população LGBTQ+, especialmente quando atravessadas por questões de raça e neurodivergência, relatando episódios de violência institucional, como o uso incorreto de pronomes, negação de atendimento e patologização das identidades.

Com isso, revela a urgência da adoção de políticas públicas efetivas, bem como da formação crítica dos profissionais, que deve se pautar nos princípios da equidade, da integralidade e da humanização, como preconiza o SUS e a Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQ+ (2011) que tem como estratégia operacional a inclusão de temas como orientação sexual e identidade de gênero nas formações oferecidas aos profissionais da saúde. A fim de superar estigmas e preconceitos, Barbosa *et al.* (2025) sugerem como umas das estratégias a inclusão de material curricular com foco no público LGBTQ+. Nesse modo, o Pet-Saúde Equidades tem proporcionado vivências e possibilidades de conhecimento e importância a respeito de temáticas tais como as dimensões de gênero, raça e outros marcadores sociais na produção do cuidado em saúde.

Apesar dos desafios, emergem também experiências de resistência e construção coletiva. O ambulatório especializado e o próprio espaço das rodas de conversa funcionam como dispositivos de cuidado, onde se constroem redes de apoio baseadas na escuta qualificada, no acolhimento e no reconhecimento das identidades.

Ayres (2004) destaca que o cuidado em saúde deve ser compreendido não apenas como intervenção técnica, mas como construção de sentido na vida dos sujeitos. Assim o projeto PET-Saúde Equidade se configura como espaço de aprendizado tanto para os usuários quanto para os profissionais em formação, permitindo desenvolver uma prática que reconhece as singularidades e rompe com a lógica da homogeneização.

O trabalho realizado pelo ambulatório é primordial, porque possibilita um atendimento especializado a homens e mulheres trans e travestis, assim como pessoas não-binárias, a partir do diálogo e muito acolhimento. Essa construção coletiva desafia o modelo biomédico tradicional, como já discutido por Pereira (2010), ao propor uma abordagem que considera os determinantes sociais da saúde e os atravessamentos das opressões de gênero, raça e deficiência.

Entre os pontos fortes do estudo, destaca-se a possibilidade de realizar uma escuta sensível e ampliada, que permitiu compreender, a partir das narrativas dos próprios sujeitos, como se estruturam as barreiras e as estratégias de resistência. Além disso, a aproximação prática proporcionada pelo PET-Saúde favoreceu uma análise situada, que articula teoria e prática. Por outro lado, como limitação, reconhece-se que o recorte amostral é restrito a um grupo específico vinculado a um serviço de saúde local, o que pode não representar a totalidade das experiências vividas por pessoas trans, não-binárias, negras e neurodivergentes em outros contextos socioculturais.

As implicações do estudo apontam para a necessidade urgente de revisão dos currículos da área da saúde, incorporando conteúdos sobre gênero, raça, deficiência e sexualidade de forma transversal e crítica. É importante destacar que o processo de desenvolver uma saúde mais inclusiva e acessível implica na formação contínua dos profissionais de saúde, os quais precisam e devem aprender o bastante para se prepararem para as especificidades e vulnerabilidades das pessoas. A escuta ativa, o tempo e o cuidado direcionado, são essenciais nesse processo, pois garantem que as necessidades desses indivíduos sejam atendidas adequadamente e sem julgamentos. Dessa maneira, projetos como o PET-Saúde Equidade, geram, portanto, diferenças nesse quadro, uma vez que dá uma oportunidade a futuros profissionais de compreender as questões de gênero e diversidade ao mesmo tempo mantendo um espaço seguro e acolhedor aos usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidencia que práticas orientadas pela equidade, aliadas a espaços de escuta e acolhimento, como o Ambulatório LGBTQ+ e o Grupo de Afirmação de Gênero, são fundamentais na promoção da saúde e na garantia de direitos da população LGBTQ+. Nessa lógica de cuidado, pessoas transgênero podem refletir a respeito de suas relações afetivas nos mais diversos contextos e assim buscar novas formas de vivenciarem suas

experiências pessoais e sociais. Esses espaços vão além do atendimento clínico, fortalecendo vínculos, promovendo pertencimento e contribuindo diretamente para a saúde mental e social dos usuários, levando em consideração as suas particularidades, como a vulnerabilidade social e o difícil acesso aos serviços de saúde, que devem ser extinguidas através da qualificação dos profissionais da saúde, a fim de proporcionar um atendimento mais inclusivo.

Os achados mostram que as violências estruturais, como transfobia, racismo, capacitismo e LGBTfobia, seguem como barreiras no acesso e permanência nos serviços de saúde. Ao mesmo tempo, experiências como essas demonstram que o acolhimento qualificado, aliado à escuta ativa e ao cuidado interdisciplinar, é uma estratégia potente para enfrentar essas desigualdades.

Este trabalho contribui ao dar visibilidade às vivências de pessoas LGBTQ+, reforçando a necessidade de práticas que rompam com modelos biomédicos, normativos e excludentes, que criam barreiras afetivas e sociais às pessoas transgênero. Também evidencia a urgência de incluir, de forma transversal e crítica, temas como gênero, sexualidade, raça e deficiência na formação em saúde, além do fortalecimento de políticas públicas e serviços especializados.

Como perspectivas futuras, destaca-se a importância de ampliar essas análises para outros contextos e aprofundar os impactos dessas práticas no bem-estar e na qualidade de vida dos usuários da saúde. Por fim, esta pesquisa reforça a necessidade de ações concretas por parte dos serviços de saúde, da gestão pública e das universidades, no sentido de construir práticas inclusivas, éticas e comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

- ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde coletiva*, [S. l.], vol. 14, n. 4, p. 1141-1149, 2009.
- ARAÚJO, M. F. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 17, p. 41-52, 2005.
- AYRES, J. R. C. M. Cuidado e reconstrução das práticas de Saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 73-92, 2004.

BARBOSA, L. M.; SILVA, A. B.; COSTA, R. P. Conhecimento de estudantes de saúde acerca da assistência à população LGBTQIA+. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [S. l.], v. 25, p. e17031, 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. **Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 2004.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, [S. l.], v. 43, p. 1241-1299, 2002.

GÖTTEMS, D. H.; TORMAN, R. Violência psicológica: silêncio e invisibilidade, até quando? **Extensão em Foco**, [S. l.], n. 32, p. 18-37, 2024.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Sentidos de doença mental em um grupo terapêutico e suas implicações. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 227-235, 2005.

PEREIRA, R. P. Projeto “Fala Mulher!”: Uma proposta interdisciplinar de Educação em Saúde. **Extensão em Foco**, [S. l.], n. 5, p. 59-62, 2010.

SANTOS, R. S. Cartilha Nacional de Serviços Públicos de Saúde para a Pessoa Trans: rede de serviços ambulatoriais e hospitalares especializados. Itabuna: **Universidade Federal do Sul da Bahia**, 2021. Disponível em: [https://ufsb.edu.br/proaf/images/SEPSE/documentos/Cartilha\\_Nacional\\_de\\_Servi%C3%A7os\\_P%C3%BAblicos\\_de\\_Sa%C3%BAde\\_para\\_a\\_pessoa\\_trans.pdf](https://ufsb.edu.br/proaf/images/SEPSE/documentos/Cartilha_Nacional_de_Servi%C3%A7os_P%C3%BAblicos_de_Sa%C3%BAde_para_a_pessoa_trans.pdf). Acesso em: 26 maio 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Defining sexual health**, 2006. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/sexual-health#tab=tab_1) Acesso em: 24 de maio de 2025.

---

**Recebido em:** 12/03/2025.

**Aceito em:** 07/07/2025.